

| REGISTRO DE REUNIÃO    |                                                                                          |                                                                                        |       |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Data:                  | 17 de novembro de 2025                                                                   |                                                                                        |       |
| Reunião:               | Câmara Técnica Instrumentos de Gestão – CTIG/Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL |                                                                                        |       |
| PARTICIPANTES          |                                                                                          | INSTITUIÇÃO                                                                            |       |
| Adriana Bocaiuva       |                                                                                          | Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC (membro CTIG)                 |       |
| Halphy Rodrigues       |                                                                                          | Águas de Niterói (membro CTIL)                                                         |       |
| Luiz Constantino       |                                                                                          | Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS (membro CTIG)               |       |
| Magno Neves            |                                                                                          | IBDA (membro CTIL)                                                                     |       |
| Martha Christina Lopes |                                                                                          | Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência – IFEC (membro CTIG) |       |
| Mara Siqueira          |                                                                                          | Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA (membro CTIL))         |       |
| Flávia Lanari          |                                                                                          | Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA (membro CTIG)          |       |
| José Paulo Azevedo     |                                                                                          | Escola Politécnica / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (membro CTIG)       |       |
| Luciana Falcão         |                                                                                          | Viva Cosme Velho (membro CTIG)                                                         |       |
| Edilene Oliveira       |                                                                                          | AHOMAR (membro CTIL)                                                                   |       |
| Maiara Araújo          |                                                                                          | Sec. de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí (membro CTIL)                            |       |
| José Alexandre         |                                                                                          | Ministério Público RJ (convidado)                                                      |       |
| Gisela Pequeno         |                                                                                          | Ministério Público RJ (convidado)                                                      |       |
| Simone Domiciano       |                                                                                          | AGEVAP                                                                                 |       |
| Tânia Sousa            |                                                                                          | AGEVAP                                                                                 |       |
| Tipo:                  | Online                                                                                   |                                                                                        |       |
| Início:                | 15h10                                                                                    | Encerramento                                                                           | 17h28 |

## RELATO DA REUNIÃO

### Pauta:

#### 1. Acordo de cooperação com o Ministério Público;

**Iniciada a reunião.** Adriana Bocaiuva (AMHC) expressou decepção com a entrega da gestão de riscos para o Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas e indicou que a CTIG está poupando tempo em reuniões para contribuir para várias contratações, como enquadramento, gestão de recursos, gestão de riscos e infraestrutura verde e a recente contratação da empresa de Comunicação, que vai demandar um tempo dos Coordenadores, nesse início. A última rodada de oficinas programadas foi concluída, e a reunião atual foi agendada para cumprir um prazo com o Ministério Público. José Paulo Azevedo (UFRJ) solicitou que Marcos Jorge apresente, na próxima reunião CTIG a coerência entre os diversos projetos do CBH-BG, tendo em vista os Programa de Aceleração do Crescimento, recentemente assinados nos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. Adriana Bocaiuva prosseguiu esclarecendo que esta reunião tem como objetivo um alinhamento interno sobre as contribuições para o Ministério Público antes da entrada dos representantes do MPRJ. Halphy Rodrigues (Águas de Niterói) analisou a minuta do termo de cooperação e do plano de trabalho, notando que estava atualizada, inclusive com dados de 2025 e as assinaturas da presidência e vice-presidência e sugeriu a inclusão de "considerandos" na minuta para estabelecer a legitimidade do Comitê e do MPRJ em compartilhar dados e informações, conforme previsto na legislação e no regimento interno. Magno Neves (IBDA) levantou a questão de que o debate sobre a capacidade do comitê de firmar convênios por ausência de personalidade jurídica já havia sido superado em gestão anterior, e expressou preocupação de que alterar o formato do documento, incluindo considerandos, poderia criar dificuldades de tramitação interna para o MPRJ. Flávia Lanari (APALMA) sugeriu que fosse incluído na minuta que o MPRJ informe o Comitê sobre todos os TACs na RH-V e sua situação, citando o exemplo do TAC do Comperj em que o

dinheiro para reflorestamento foi retido pelo INEA. Flávia enfatizou que o acesso a essas informações é crucial para a gestão e fiscalização. Halphy Rodrigues explicou que o plano de trabalho já previa o acesso a todos os procedimentos em curso no GAEMA, notadamente na Ação Civil Pública (ACP) sobre despoluição da Baía de Guanabara. Flávia e Adriana Bocaiuva concordaram com a sugestão de Halphy Rodrigues de ampliar a redação para não focar apenas na ACP da CEDAE, mas incluir todos os procedimentos e ações judiciais propostas na RH5. A atualização na minuta foi solicitada para incluir a menção a "procedimentos em tramitação e a tramitar e, ações judiciais propostas" na RH5. Halphy Rodrigues destacou que a minuta prevê o intercâmbio de dados existentes e futuros na plataforma "MP em Mapas". Flávia expressou dúvidas se todos os TACs da região hidrográfica constam nessa plataforma. Adriana Bocaiuva enfatizou a necessidade de manter o termo de cooperação o mais flexível possível para incorporar demandas que não foram detalhadas, mas que permitam a troca de informações. José Paulo Azevedo corrigiu que o "MP em Mapas", conforme apresentação de uma técnica do MPRJ, não existe mais, sendo substituído por um sistema em instância mais ampla. Dra. Gisela Pequeno (MPRJ) e Dr. José Alexandre ingressam na reunião. Halphy Rodrigues conduziu o debate, mencionando a inclusão de considerandos no ACT para legitimar a parceria entre o Comitê e o Ministério Público (MPRJ), citando a legislação de criação do Comitê, a política estadual de recursos hídricos e o regimento interno que permitem parcerias para troca de dados e informações. Dr. Alexandre Maximino indicou que, por se tratar de uma renovação, a manutenção do formato padrão do MPRJ é importante, e afirmou não ver problemas em adicionar os considerandos legais sugeridos pelo Comitê, desde que isso acomode os interesses de ambas as partes e não implique entendimento contrário da administração do MPRJ. Halphy Rodrigues questionou se o compartilhamento de dados e informações ficaria restrito exclusivamente ao GAEMA ou se seria estendido a outras áreas do Ministério Público relacionadas a recursos hídricos e meio ambiente. Dr. Alexandre Maximino

considerou muito válida a não restrição ao GAEMA, pois isso pode ser frustrante para quem busca o GAEMA e é direcionado ao promotor natural. O Centro de Apoio Operacional do MP, que subscreve a renovação, poderia ser o "grande hub" para direcionar as demandas, como as de Gramacho e Morro do Céu, o que também contemplaria outros promotores com o tipo de parceria que o MPRJ possui. Halphy Cunha Rodrigues buscou esclarecimento sobre a base de dados "MP em Mapas", questionando se o acesso seria apenas a plantas e mapas ou se incluiria documentos como Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), seus anexos e inquéritos, desde que não infrinjam a lei de proteção de dados ou segredo de justiça. Dr. Alexandre Maximino concordou que a extensão de documentos para além do "MP em Mapas" é válida, observando que o Comitê evoluiu e poderia ser o caminho inverso, com o MP aproveitando mais a base de dados do Comitê e sugeriu que o compartilhamento de TACs, Ações Civis Públicas (ACPs) e recomendações poderia ser mais útil para o Comitê do que a base de dados de imagem. Halphy Rodrigues identificou que a justificativa das atividades estava restrita aos procedimentos em curso no GAEMA, focando notadamente em um procedimento administrativo que gerou um TAC de uma ação civil pública contra o governo do estado e a CEDAE. O Comitê sugeriu a ampliação para incluir procedimentos em tramitação ou a tramitar e ações judiciais propostas na RH-V ou que envolvam a área de nossa atribuição enquanto Comitê de Bacias aqui da RH-V. Dr. Alexandre Maximino concordou com a proposta de não restringir ao GAEMA e ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), sugerindo a atualização do nome da plataforma de "MP em Mapas" para refletir o nome técnico atual, como o da Coordenadoria de Análise e Gestão de Dados (CAGD) ou Núcleo de Ciência de Dados e Gestão, mas mantendo o termo consagrado "MP em Mapas" com a ressalva "notadamente". Halphy Cunha Rodrigues propôs manter o parágrafo sobre a cooperação técnico-científica, que consta como atribuição do Comitê no seu regimento interno, e sugere a inclusão de algum dispositivo de lei no ACT, caso a inclusão de considerandos no topo não seja possível. José Paulo

Azevedo reforçou a possibilidade do MP, por conta própria, articular uma parceria com a FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), que é um órgão de Estado com capacidade de lançar editais e trazer transparência à parceria, visto que a tentativa anterior de convênio com a FAPERJ não avançou. Gisela Pequeno - MPRJ complementou sobre as linhas de atuação, destacando a importância de desenvolver parcerias com laboratórios, como os da FAPERJ ou Oceanus, para análises de qualidade da água, especialmente em casos de contaminação de mananciais e mencionou a situação crítica na Baía de Guanabara, na saída da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria, por conta do tratamento de chorume, e sugeriu coletas no corpo hídrico para identificar a origem do lodo. Dr. Alexandre Maximino também deu exemplos de como o Comitê poderia ajudar o MP, como no desenvolvimento de plataformas de *Business Intelligence* (BI) para monitoramento de obras de macrodrenagem e projetos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM). Luiz Constantino (SEAS) confirmou o fechamento com a I4C e concordou em não incluir questões extras no ACT que poderiam emperrar o processo devido a trâmites burocráticos externos, como programas contratados por outros entes. Halphy Rodrigues expressou a expectativa de que a oficina do Comitê, prevista para dezembro, inaugure o ACT com o MP, fornecendo os dados a serem coletados no início de 2026. José Paulo Azevedo mencionou a importância da integração de informações e ações de desassoreamento no projeto Iguaçu, buscando o apoio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e do MP para conectar com o TAC do Projeto Guanabara Limpa e questionou o andamento do Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro (ZEEC), que havia sido demandado. Luiz Constantino esclareceu que o ZEEC está parado, aguardando a tramitação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro na Casa Civil e detalhou o andamento do projeto CIG-BG (Centro de Gestão Integrada) de R\$ 41 milhões aprovado no FECAM, que prevê a estrutura física do centro de monitoramento e operações, e a contratação de pessoal para

modelagem computacional. No entanto, foi informado que parte dos trabalhos, incluindo valoração socioambiental, está paralisada devido à burocracia e falta de pessoal para tocar os contratos. Uma decisão foi tomada para tentar realizar um contrato “Prodoc” com a UNESCO para que essa instituição gerencie os fundos aprovados e agilize os trâmites burocráticos, sendo essa a posição atual do momento. Luiz Constantino reafirmou a disponibilidade para reuniões futuras e a importância da transparência em relação aos projetos financiados pelo FECAM. Adriana Bocaiuva sugeriu marcar uma nova reunião com os membros do comitê, já que houve renovação, para atualizar o status das contratações. Dr. Alexandre Maximino sugeriu a criação de uma matriz de priorização para hierarquizar as pautas de interesse do comitê, como dragagem e monitoramento, a fim de tornar o plano mais efetivo e alinhar as prioridades do MPRJ com as do comitê. Halphy Rodrigues propôs, como encaminhamento, convocar uma reunião CTIL nos próximos 5 dias para alterar e atualizar as minutas do ACT com base nas sugestões do Dr. José Maximino e da Dra. Gisela Pequena, visando a finalização e assinatura do termo. Sem mais assuntos a serem debatidos, a reunião foi encerrada às 17h28.

**Encaminhamentos:**

1. AGEVAP, na próxima reunião CTIG, apresentar os Projetos que serão executados e os projetos em execução, levando em consideração o PAC Nova Iguaçu, Belford Roxo e Rio de Janeiro; (SE)
2. Rever a composição do Subcomitê Oeste e solicitar as devidas atualizações; (SE)
3. Convocar uma CTIL para alterar as minutas de Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho, conforme diálogo nesta reunião e enviar ao MP a minuta com as alterações; (SE)

Mediador da reunião: Adriana Bocaiuva/Halphy Rodrigues

Relator: Tânia Sousa